
Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo são apresentados os conceitos relacionados com os resultados desta publicação segundo as seguintes variáveis: Domicílios, Unidades de Consumo, Pessoas, Despesas, Rendimentos, Aquisição Alimentar Domiciliar Per Capita e Condições de Vida. Antecede aos temas, a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições da variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na POF 2002-2003, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, as despesas, as quantidades de bens adquiridos e os rendimentos, definiu-se o tempo de duração da pesquisa em 12 meses. A POF 2002-2003 foi realizada no período compreendido entre julho de 2002 e junho de 2003.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A pesquisa de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes freqüências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas de menor valor são aquelas normalmente realizadas com

mais freqüência e as despesas de maior valor são aquelas realizadas com menor freqüência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma aquisição com valor mais elevado é preservada por um período de tempo mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de freqüência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionados são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio, exceto o período de referência de sete dias que são contados no decorrer da entrevista.

Data referencial da pesquisa

Como a POF combina um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, para alguns itens de despesa bem como os rendimentos, as informações estão distribuídas em um período de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorreram mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa fossem valorados a preços de uma determinada data.

A data referencial fixada para apresentação dos resultados da POF 2002-2003 foi 15 de janeiro de 2003.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, é coberto por um teto, permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Unidade de Consumo

A Unidade de Consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Na POF, o termo “família” é considerado equivalente à Unidade de Consumo.

A Unidade de Consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos onde não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

Tamanho médio da Unidade de Consumo

Corresponde ao número total de moradores integrantes da Unidade de Consumo.

Estimativa do tamanho médio da Unidade de Consumo

Conceito utilizado no plano tabular, definido como a razão entre valor estimado da população no total e valor estimado do número de Unidades de Consumo no total. A mesma definição se aplica para o tamanho médio da Unidade de Consumo em cada classe de rendimento ou grupo de Unidades de Consumo.

Pessoas

Pessoa moradora

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e se achava presente por ocasião da pesquisa. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente, por período não superior a 12 meses.

Total de pessoas moradoras

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das Unidades de Consumo na população ou em uma determinada classe. Equivale à estimativa da população residente a partir da POF.

Características das pessoas

Dentre as características investigadas em cada Unidade de Consumo foram de interesse neste estudo: pessoa de referência, relação com a pessoa de referência, sexo,

idade, anos de estudo, existência de pessoa com nível superior, cor ou raça, religião, posição na ocupação principal, categoria socioprofissional principal.

Pessoa de referência da Unidade de Consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa, etc.). No caso em que nenhum morador satisfizesse a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da Unidade de Consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, foi estabelecida a idade mais alta como critério de escolha.

Relação com a pessoa de referência da Unidade de Consumo

Para cada pessoa moradora do domicílio, foi pesquisada a informação relacionada ao grau de parentesco ou sua natureza de subordinação doméstica em relação a pessoa de referência da Unidade de Consumo. A seguir, são apresentadas as categorias definidas para esta variável:

Quadro 1 - Relação com a pessoa de referência da unidade de consumo

1	Pessoa de referência
2	Cônjuge
3	Filho
4	Outro parente
5	Agregado
6	Pensionista
7	Empregado doméstico
8	Parente de empregado doméstico

Composição da família

Na presente publicação, para esta variável foram definidos seis grupos distintos de composição de famílias para as tabulações de resultados, conforme descrito abaixo:

- 1 - Unipessoal, famílias constituídas por apenas uma pessoa;
- 2 - Casal sem filhos, famílias que eram formadas por duas pessoas, sendo uma a pessoa de referência da família e a segunda o seu cônjuge;
- 3 - Casal com filhos, famílias que apresentaram a pessoa de referência, seu cônjuge e tinham filho ou filhos;
- 4 - Casal com filhos e outros parentes, grupos familiares constituídos de pessoa de referência, cônjuge, filho ou filhos e ainda apresentavam na sua composição a presença de outro parente (sogra, tia, cunhado, etc.);
- 5 - Pessoa de referência mulher, sem cônjuge com filhos, famílias constituídas pela presença da mulher como a pessoa de referência e sem presença de cônjuge, que possuíam filho ou filhos; e

6 - Outros grupos, formados por famílias que tinham sua composição distinta das anteriormente descritas, que apresentavam pessoas definidas em relação à pessoa de referência, categorias bem variadas e distintas. Como, por exemplo, pensionista, empregada doméstica ou agregado.

Em algumas tabelas, em função da característica da variável utilizada na geração das estimativas, optou-se em agregar os grupos familiares “casal com filhos e outros parentes” com a categoria “outros grupos”.

Sexo

O registro correspondente ao sexo das pessoas do domicílio foi realizado utilizando as seguintes categorias: *masculino*, *feminino – não-gestante e não-lactante*, *feminino - gestante* e *feminino - lactante*. Para os moradores do sexo feminino, a definição ocorreu pela situação em que os moradores se encontravam no momento da entrevista.

Nas estimativas tabuladas relacionadas ao sexo feminino, foi utilizada a agregação das três categorias acima descritas.

Idade

A investigação da idade foi feita através da pesquisa do dia, *mês* e *ano* de nascimento da pessoa. Nas situações nas quais a pessoa não soube precisar a data de nascimento, registrou-se a idade em anos *presumida* pela pessoa ou *estimada* pelo agente de pesquisa. As pessoas que não declararam a data de nascimento e para as quais não foi possível presumir ou estimar a idade receberam um código “idade ignorada” e foram reunidas em grupo distinto.

Idade calculada

Contém a idade de cada morador do domicílio, em anos completos. Foi calculada com base na data de nascimento e a data de início de preenchimento da Caderneta de Despesa Coletiva (POF3). Nas situações de idade estimada ou presumida a idade calculada foi obtida diretamente através da informação da variável “ano de nascimento” da pessoa. Para os casos que a idade não era informada, esta variável foi gerada como “ignorada”.

Anos de estudo

Indica o número de anos de estudo para cada morador do domicílio. Foi obtida por programa através das variáveis *freqüência à escola*, *nível de escolaridade* e *série que freqüentava* ou *última série concluída*, variáveis investigadas diretamente. Nas situações em que não existia informação em alguma variável envolvida na definição, foi atribuído o valor “ignorado”.

Pessoa com nível superior na família

Informação para cada pessoa moradora do domicílio obtida através da variável derivada “anos de estudo” quando apresentava valor igual ou maior que 11 (onze) anos de estudo. Nesta interpretação, foram consideradas as situações em que as pessoas estavam freqüentando ou já haviam concluído algum curso superior.

Nas tabulações desta publicação, considerou-se as situações em que os moradores das famílias “não possuíam nível superior”, “apenas um morador possuía nível superior” e “mais de uma pessoa possuía nível superior”.

Cor ou raça

Definiram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica *cor* ou *raça*: *branca*, *preta*, *amarela* (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), *parda* (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e *indígena* (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Para efeito dos resultados tabulados foram considerados apenas as categorias branca, preta e parda.

Religião

Variável que indica para cada pessoa moradora a seita, culto ou ramo da religião declarada. Para as situações das pessoas que não declararam qualquer seita, culto ou religião, foi atribuído a categoria “sem religião” e para os casos em que não ocorreu resposta a esse atributo foram classificadas como “sem declaração”.

Nas tabelas de resultados que este indicador foi utilizado, optou-se pela definição de grupos distintos de categorias que buscou uma agregação de todo o cadastro desta variável, grupos estes semelhantes a outras tabulações de resultados relacionados ao indicador. Assim, definiu-se sete grupos (categorias) para esta variável descritas no Quadro 2 a seguir descritas.

Quadro 2 - Religião da pessoa de referência da família

1	Católica apostólica romana
2	Evangélica de missão
3	Evangélica de origem pentecostal
4	Outras evangélicas
5	Espírita
6	Outras religiosidades
7	Sem religião e não-determinada

No Anexo 1, estão relacionadas as categorias do cadastro de religião definidas em cada um dos sete grupos utilizados.

Condição de ocupação

Nas tabulações presentes nesta publicação, foram consideradas somente as pessoas que tinham trabalho remunerado ou não-remunerado durante todo ou parte do tempo considerado para o período de referência de 12 meses, definido como os 12 meses anteriores ao mês de realização da pesquisa no domicílio.

Empreendimento

Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não-remunerados).

Por convenção, o trabalho no serviço doméstico remunerado foi considerado como se fosse um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa prestava este serviço.

Trabalho principal no período de referência de 12 meses

Considerou-se como principal no período de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento no período de referência, sem distinção entre trabalho remunerado e sem remuneração, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o principal desse período:

- 1 - O trabalho em que a pessoa trabalhou maior número de horas no último mês de referência foi considerado como principal; e
- 2 - Em caso de igualdade no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho que normalmente proporcionava maior rendimento.

Ocupação

Definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

Classificação de ocupações

As ocupações foram classificadas utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar – CBO-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares do IBGE, utilizou-se a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar se mantém idêntica à CBO no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. Desta forma, a POF adere às padronizações nacional e internacional de classificação de ocupações, uma vez que a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO tem como referência a *International Standard Classification of Occupations – ISCO-88* (*Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones – CIUO-88*).

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Classificação de atividades

As atividades foram classificadas utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar – CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A POF procurou atender às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE tem como referência a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities – ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las actividades económicas – CIU)*, 3ª revisão, das Nações Unidas.

Posição na ocupação

Esta variável destinou-se a captar a posição de ocupação nos trabalhos que a pessoa exerceu no período de referência.

Entende-se por posição na ocupação a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava.

Foram definidas nove categorias de posição na ocupação:

Empregado privado – Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Empregado público – Empregado civil ou militar que trabalhava para o governo, em qualquer esfera: federal, estadual ou municipal, sob administração direta ou indireta que abrange, além das entidades da administração direta, as fundações, as autarquias e as empresas públicas e economia mista (estatal). Incluiu-se, também, a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório remunerado e a pessoa que exercia mandato eletivo;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado, inclusive diaristas, em dinheiro ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.), em uma ou mais unidades domiciliares;

Empregado temporário na área rural - Pessoa que trabalhava uma ou mais vezes nos estabelecimentos rurais em atividades de curto prazo;

Trabalhador voluntário - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos quatro horas por mês, em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo e Organizações Não-Governamentais (ONGs);

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Conta-própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado, membro da Unidade de Consumo;

Aprendiz ou estagiário - O aprendiz ou estagiário, recebendo somente aprendizado ou treinamento como pagamento pelo seu trabalho;

Trabalhador não-remunerado em ajuda a membro da Unidade de Consumo - Trabalhador não-remunerado de membro da Unidade de Consumo que era conta-própria ou empregador. Pessoa que trabalhava em ajuda ao membro da Unidade de Consumo, com quem o empregador estabelecia o contrato ou acordo de trabalho e que recebia remuneração pelo grupo;

Trabalhador na produção para o próprio consumo e uso - pessoa que trabalhava na produção de bens e serviços para o próprio consumo ou uso de membros da Unidade de Consumo, no ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e no ramo da construção; e

Na elaboração das tabelas de resultados, foram definidos dois modelos que envolveram as variáveis atividade, ocupação e posição na ocupação investigadas para as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho remunerado ou não-remunerado no período de referência de 12 meses.

Para o primeiro grupo de tabelas, utilizou-se a variável posição na ocupação no trabalho principal exercido pela pessoa de referência das Unidades de Consumo como básica nas definições de sete grupamentos, que a seguir estão descritos:

- 1 - *Empregado privado*, que considerou as pessoas que eram empregadas no setor privado e aquelas que exerceram trabalho temporário na área rural;
- 2 - *Empregado público*;
- 3 - *Trabalhador doméstico*, que incluiu também as pessoas que se declararam conta-própria e que estavam exercendo ocupações de serviços doméstico;
- 4 - *Empregador*;
- 5 - *Conta-própria*;
- 6 - *Outras não-remuneradas*, definida através da agregação dos empregados voluntários, aprendiz ou estagiário e não-remunerado em ajuda a membro da Unidade de Consumo; e
- 7 - *Trabalhador para o próprio consumo e uso*.

No segundo modelo de tabelas, foram definidos dois grandes agrupamentos considerando a categoria socioprofissional principal da pessoa de referência da família, o primeiro engloba as atividades agropecuárias e o segundo atividades não-agropecuárias. Ainda foi criado um terceiro grupo onde foram incluídas as situações das pessoas sem declaração da atividade ou ramo de negócio do trabalho informado.

Para as atividades agropecuárias, procedeu-se a uma subdivisão em três subgrupos utilizando como variável de classificação a posição na ocupação exercida pela pessoa. As subdivisões utilizadas foram: *empregador, conta-própria* que incluiu também a categoria de trabalhadores na produção para o próprio consumo e uso e ainda as pessoas que exerceram ocupação nos serviços domésticos e se declararam na variável posição na ocupação como conta-própria, e uma terceira que agregou as diferentes categorias de *empregados* (privado, público, doméstico, temporário na área rural, voluntário, aprendiz ou estagiário e não-remunerado em ajuda a pessoa da Unidade de Consumo).

As atividades não-agropecuárias, receberam tratamento distinto em função de sua importância e características, assim, foram criados seis grupos de categorias socioprofissionais principal da pessoa de referência, definidas considerando em algumas situações duas características do trabalho da pessoa, a *posição na ocupação* (empregado, conta-própria, empregador, etc.) e a *ocupação* (cargo, função, profissão ou ofício) exercida pela pessoa.

A primeira categoria, *empregador*, considerou as situações das pessoas identificadas como empregadoras na variável posição na ocupação;

A segunda, *conta-própria*, considerou apenas a variável posição na ocupação, com as situações das pessoas que trabalhavam como conta-própria e agregando também a categoria de trabalhadores na produção para o próprio consumo e uso e ainda as pessoas que exerceram ocupação nos serviços domésticos e se declararam na variável posição na ocupação como conta-própria;

Na terceira categoria, *empregado com cargo de nível superior*, foi definida considerando as pessoas identificadas como empregados, com exceção dos empregados públicos e que exerciam cargos de nível superior nos respectivos empreendimentos;

A quarta categoria, *empregado com cargo de nível médio*, contendo o grupo de pessoas identificadas como empregados, com exceção dos empregados públicos e que exerciam cargos de nível médio nos empreendimentos que atuavam;

Para a quinta categoria, *empregado em outras ocupações*, considerou as pessoas identificadas como empregados, com exceção dos empregados públicos e os empregados em cargos de nível superior e cargos de nível médio; e

Na sexta categoria, *empregado público*, composta pelas pessoas que eram empregados públicos e também as pessoas que ocupavam cargos militares.

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da Unidade de Consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como Unidade de Orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável.

A Unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da Unidade de Consumo representou a realização de aquisições monetárias e/ou não-monetárias;

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da Unidade de Consumo representou qualquer tipo de ganho monetário - remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não-remunerado.

Despesas

A Pesquisa de Orçamentos Familiares teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas. As despesas foram definidas como monetárias e não-monetárias.

Despesas monetárias são aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não-monetárias correspondem a tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado. Nesse sentido, o estoque, ou seja, os produtos que não foram utilizados ou consumidos, não foram considerados despesas não monetárias. As valorações das despesas não-monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi o único serviço contabilizado como despesa não-monetária.

É importante observar que as despesas não-monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não-monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não-monetárias segue as recomendações contidas no Informe Final da Décima Sétima Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, realizada pela Organização Internacional do Trabalho em dezembro de 2003.

Além da informação do valor da aquisição, a forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas Unidades de Consumo. Tornou-se muito importante na POF 2002-2003 uma vez que, diferentemente da POF 1987 e da POF 1996, foram coletadas informações sobre as aquisições monetárias e não-monetárias. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, no sentido de identificá-las como monetárias e não-monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

- 1 - **Monetária à vista para a Unidade de Consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço, destinado à própria Unidade de Consumo, teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão, vale-refeição, vale-transporte, etc. e foi praticado sem nenhum parcelamento.
- 2 - **Monetária à vista para outra Unidade de Consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço, destinado à outra Unidade de Consumo, teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão, vale-refeição, vale-transporte, etc. e foi praticado sem nenhum parcelamento.

- 3 - **Monetária a prazo para a Unidade de Consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço, destinado à própria Unidade de Consumo, teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão, vale-refeição, vale-transporte, etc. e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
- 4 - **Monetária a prazo para outra Unidade de Consumo** - quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço, destinado à outra Unidade de Consumo, teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão, vale-refeição, vale-transporte, etc. e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
- 5 - **Doação** - quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido sem nenhum custo.
- 6 - **Retirada do negócio** - quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.
- 7 - **Troca** - quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.
- 8 - **Produção própria** - quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.
- 9 - **Outra** - quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadre nas definições acima como: produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 4, e como despesas não-monetárias as correspondentes às categorias de 5 a 9.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela Unidade de Consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e também as despesas não-monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetárias e não-monetárias correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas Unidades de Consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Nas tabelas de resultados, as despesas de consumo são apresentadas segundo as categorias relacionadas a seguir:

Alimentação

Aquisição total com alimentação realizada pela Unidade de Consumo, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio.

Habitação

Despesas com aluguel de moradia e eventuais adicionais incidentes por atrasos. Encontra-se incluído nesta categoria de despesa, para as situações dos domicílios cuja condição de ocupação é diferente de alugado, o aluguel estimado (valor estimado que o informante pagaria se o domicílio estivesse alugado).

Despesas com serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, gás de uso doméstico (gás encanado e gás de bujão), água e esgoto. Estão agregadas as despesas com acesso à Internet, tv por assinatura, condomínio, adicionais de condomínio, outras despesas com locação de imóvel (contrato, depósito de locação, etc.), seguros sobre o imóvel (incêndio, roubo, etc.) e taxas de serviços em geral.

Despesas com manutenção e pequenos reparos com habitação como: cimento, tijolo, vidro, tinta, artigos de jardinagem (planta, terra, xaxim, etc.). Também estão incluídas as despesas com serviços domésticos (faxineira, lavadeira, passadeira, jardineiro etc.), com dedetização e também despesas com aquisição de água, lenha e carvão vegetal.

Aquisições de artigos e produtos de limpeza do domicílio, tais como: água sanitária, vassoura de qualquer tipo, rodo, espanador e pano de chão.

Aquisições de eletrodomésticos e equipamentos do lar, tais como: refrigerador, freezer, máquina de lavar roupas, máquina de lavar louça, fogão, aspirador de pó, grill, aparelho de fax, forno de microondas, microcomputador, televisão, conjunto de som, aparelho de DVD, aparelho de CD-ROM e equipamentos elétricos e eletrônicos diversos.

Na linha "outros", estão agregadas as despesas com conserto e manutenção de aparelhos domésticos, móveis, eletroeletrônicos e equipamentos do lar. Também estão incluídas as aquisições de mobiliários e artigos do lar como móveis, luminárias, adornos e enfeites, roupas de cama, mesa e banho, outros têxteis (como, por exemplo, cortinas) e artigos de copa e cozinha.

Vestuário

Despesas com a aquisição de roupas prontas para homem, mulher e crianças, calçados e apetrechos (bolsas e cintos), jóias e bijuterias, tecidos e artigos de armário.

Transporte

Despesas habituais com transporte urbano, tais como: ônibus, táxi, metrô, integração, trem, barca, transporte alternativo, bonde e plano inclinado.

Inclui também as aquisições de combustível (gasolina e álcool) para veículo próprio, aquisição de veículos.

Na linha outras, estão agregadas despesas como: manutenção de veículo próprio, estacionamento, pedágio, acessórios para veículos, despesas com viagens (avião, ônibus, etc.), óleo diesel e gás combustível e seguro obrigatório.

Higiene e cuidados pessoais

Despesas com a aquisição de artigos de higiene e de beleza como perfume, produtos para cabelo, sabonete, instrumentos e produtos de uso pessoal como artigos de maquiagem, produtos de limpeza de pele, lâmina de barbear, alicate e cortador de unha.

Assistência à saúde

Despesas com produtos e serviços relativos à saúde, tais como: remédios, plano e seguro saúde.

Na linha outras, estão agregadas as despesas e aquisições com consulta e tratamento dentário, consulta médica, tratamento ambulatorial (cauterização, curativo, nebulização, aplicação de raio *laser*, hemodiálise e outros), serviços de cirurgia, hospitalização, exames diversos (eletrodiagnóstico, exame de laboratório, radiografia, etc.), material de tratamento (seringa, termômetro, teste de gravidez, óculos e lentes, etc.), chupeta, mamadeira, ambulância (remoção) e aluguel de aparelho médico.

Educação

Despesas efetuadas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos (curso supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira, etc.), despesas com uniforme escolar, matrícula e outras despesas com educação.

Recreação e cultura

Despesas com brinquedos e jogos como bola, boneca, *software*, celular e acessórios (aparelhos e acessórios de telefonia celular), livros, revistas e periódicos não-didáticos (jornais, revistas infantis, etc.). Inclui ainda, despesas com diversões e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, *camping*, etc.), equipamentos de ginástica e demais despesas similares.

Fumo

Despesas com cigarros, charutos, fumo para cachimbo, fumo para cigarros e outros artigos para fumante como, por exemplo, fósforos e isqueiros.

Serviços pessoais

Despesas com cabeleireiro, manicuro e pedicuro, consertos de artigos pessoais (sapateiro, relojoeiro, chaveiro, etc.). Também estão agregadas as despesas com depilação, maquiagem, esteticista e demais despesas com serviços similares.

Despesas diversas

Referem-se às despesas com jogos e apostas, comunicação (correio, telefone público, telemensagem, etc.), cerimônias e festas familiares e religiosas, serviços profissionais como: de cartório, advogado, despachante, contador e despesas com imóveis de uso ocasional (aluguel de imóvel, condomínio, etc.). Inclui, ainda, as despesas não classificadas anteriormente como: reforma e manutenção de jazigo, aluguel de aparelhos e utilidades de uso doméstico, alimentos e outros produtos para animais, flores naturais, etc.

Outras despesas correntes

As outras despesas correntes correspondem a despesas com:

Impostos pagos, tais como: imposto sobre propriedade de imóveis, imposto de renda, imposto sobre serviços, imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo.

Contribuições trabalhistas como previdência pública, conselho e associação de classe na qual está incluído o imposto sindical.

Pensões, mesadas, doações e caixa beneficente entre outras.

Na linha **outras**, estão agregadas despesas como, por exemplo, serviços bancários, previdência privada, seguro de vida, pagamento de asilo e demais despesas de mesma natureza.

Aumento do ativo

O aumento do ativo corresponde a despesas com aquisição de imóveis, construção e melhoramento de imóveis próprios e outros investimentos como, por exemplo, títulos de capitalização, títulos de clube, aquisição de terrenos para jazigo e outras aquisições similares. O aumento do ativo pode ser traduzido como um aumento do patrimônio familiar.

Diminuição do passivo

Na diminuição do passivo, estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos com empréstimos pessoais e carnê de mercadorias. Estão agregadas também as dívidas judiciais e prestação de imóvel.

Rendimentos

A análise dos rendimentos é determinante para os estudos socioeconômicos e, em particular na POF, tendo em vista a possibilidade de análise conjunta com as despesas, permitem avaliações mais completas.

Rendimento monetário

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento rendimento.

Rendimento do trabalho

Refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico), empregador e conta-própria.

Rendimento do empregado

Rendimento da pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro. São incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível, rendimentos e abono-salário do PIS/PASEP, saques do PIS/PASEP e do FGTS, indenizações trabalhistas, salário-educação, auxílio-creche, auxílio-moradia e outros.

O empregado foi investigado como público, privado, doméstico e empregado temporário na área rural.

Rendimento do empregador e conta-própria

Empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado.

Conta-própria é a pessoa que, individualmente ou com auxiliares não remunerados, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual (por necessidade de reforço no orçamento).

Considerou-se como rendimento do empregador ou conta-própria a retirada ou ganho líquido. Esse valor corresponde aos rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica, tais como: aluguel, matéria-prima, telefone, energia elétrica, e, no caso de empregador, pagamentos e encargos relativos aos empregados.

Transferência

É o rendimento monetário bruto proveniente de:

Aposentadoria de previdência pública

Aposentadoria e pensão de previdência pública, auxílio a portadores de deficiência física, auxílio-doença, restituição de previdência pública, devolução de previdência pública e abonos como: décimo terceiro e outros.

Aposentadoria de previdência privada

Aposentadoria de previdência privada (aposentadoria, suplementação e complementação da previdência privada, aberta ou fechada, recebidas pelo contribuinte sob a forma de pecúlio e suplementação ou complementação de aposentadoria).

Bolsa de estudo

Bolsa de estudo recebida para realização de curso incluindo manutenção, passagem aérea, auxílio-tese entre outros.

Pensão alimentícia, mesada e doação

Pensão alimentícia, mesada, doação e transferência interfamiliar.

Transferências transitórias

Heranças e outras transferências patrimoniais, prêmios restituídos e indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, salário-família, auxílio-natalidade, auxílio-doença (previdência pública ou privada), programas sociais, seguro-desemprego, auxílio-maternidade, acidente de trabalho (previdência pública), auxílio-funeral e outras transferências similares.

Rendimento de aluguel

Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de:

Aluguel de bens imóveis

Aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis inclusive sublocação de casas, apartamentos, cômodos, sítios, lojas, vagas em garagem, fazendas, terras e outros.

Aluguel de bens móveis

Aluguel, uso ou exploração de direitos de bens móveis como, por exemplo, veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções.

Outros rendimentos

Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de:

Vendas esporádicas

Vendas eventuais como, por exemplo, vendas de automóveis, imóveis, consórcios e produtos.

Empréstimos

Recebimento de empréstimos, crédito-educativo, juros de empréstimos e outros.

Aplicações de capital

Ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos em dinheiro atribuídos a ações, juros, correções e saques de poupança e resgate de cotas de fundos de investimento.

Outros

Rendimento proveniente de lucros de negócios, restituição de imposto de renda, saldo dos gastos com viagens a trabalho, receita com pensionista, restituição judicial, dinheiro achado e outros.

Rendimento não-monetário

Considerou-se como rendimento não-monetário a parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado.

É importante observar que as despesas não-monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não-monetárias com exceção do aluguel estimado.

Para a imputação do valor do rendimento não-monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas Unidades de Consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no Informe Final da Décima Sétima Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, realizada pela Organização Internacional do Trabalho em dezembro de 2003.

Rendimento bruto total

O rendimento bruto total da Unidade de Consumo corresponde ao somatório dos rendimentos monetários auferidos por todos os componentes da Unidade de Consumo no período de referência e dos rendimentos não-monetários na Unidade de Consumo.

Rendimento monetário e não-monetário

Adotou-se nas tabelas, a denominação "Rendimentos monetários e não-monetários" para representar o conceito rendimento bruto total. A estimativa corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários dos componentes das Unidades de Consumo, exclusive os empregados domésticos e seus parentes, acrescido do total dos rendimentos não-monetários das Unidades de Consumo.

Rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar

Para um determinado conjunto de dados, a estimativa do rendimento monetário e não-monetário médio mensal familiar é a soma dos rendimentos monetários brutos e não-monetários mensais das Unidades de Consumo, dividida pelo número de Unidades de Consumo contidas neste conjunto.

Salário mínimo

Considerou-se o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) vigente em 15 de janeiro de 2003, data referencial da pesquisa.

Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar

Na presente divulgação, nas tabelas de apresentação dos resultados que apresentam a variável rendimento, optou-se por utilizar a definição de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar.

Na definição das classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar para as tabelas apresentadas, optou-se em utilizar quatro grupamentos, definidos em salários mínimos, sendo que a categoria “sem rendimento” foi incluída na primeira classe.

A seguir, é apresentada, na Tabela 1, as quatro classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar com valores em reais e os valores equivalentes em salários mínimos de 15 de janeiro de 2003.

Tabela 1 - Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar

Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar	
Em R\$	Em salários mínimos
Até 400,00 (1)	Até 2 (1)
400,00 ---- 1 000,00	2 ---- 5
1 000,00 ---- 2 000,00	5 ---- 10
2 000,00 ---- 3 000,00	10 ---- 15
Mais de 3 000,00	Mais de 15

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

(1) Inclusive sem rendimento.

Aquisição alimentar domiciliar *per capita*

A coleta das informações, referentes aos alimentos adquiridos pelas famílias - alimentos e bebidas - e destinados ao consumo domiciliar, consistiu no registro diário, durante sete dias consecutivos, da descrição detalhada de cada produto adquirido, da quantidade, da unidade de medida e respectivo peso ou volume, quando pertinente, do valor da despesa monetária ou não-monetária, do local de compra e da forma de obtenção do produto.

As quantidades de alimentos adquiridos para consumo no domicílio são o objeto deste tema. As estimativas de quantidades apresentadas nessa publicação referem-se a um conjunto de produtos selecionados, e correspondem à aquisição anual *per capita* apresentada em quilos.

A quantidade anual de alimentos adquiridos *per capita* para consumo nos domicílios é uma estimativa de razão, na qual o numerador é a quantidade anual adquirida correspondente a um determinado conjunto de dados de interesse de análise, e o denominador é a estimativa de total do número de pessoas moradoras referente a este mesmo conjunto.

Avaliação subjetiva das condições de vida

Ao final da entrevista realizada na Unidade de Consumo, um conjunto de quesitos relativos à qualidade de vida das famílias foi pesquisado. Estas questões, de caráter subjetivo, foram obtidas através de entrevista com a pessoa responsável pela família ou quem assim foi considerada pelos demais moradores. Foram abordados os seguintes aspectos: o grau de dificuldade ou de facilidade da família para chegar ao fim do mês com seu rendimento; o valor monetário mínimo necessário para cumprir com este objetivo e, de forma equivalente, o valor necessário para cobrir os gastos com alimentação; a avaliação quanto à quantidade e ao tipo de alimentação consumida, e as razões de não estar se alimentando como quer; as condições de sua moradia em relação a alguns serviços e a existência de problemas nos domicílios e vizinhança; e a capacidade de pagamento de algumas despesas. Estas informações ampliam abordagens de estudos sobre condições de vida e, em especial, pobreza e desigualdade que, associadas às demais informações da POF, oferecem um conjunto de indicadores que enriquecem as possibilidades analíticas da pesquisa.

Nesta publicação, são apresentados resultados sobre uma parte dos aspectos subjetivos investigados. A esse respeito seguem algumas informações complementares.

Quantidade de alimento consumido

A percepção sobre a quantidade de alimento consumida foi indicada a partir de três gradações, "normalmente não é suficiente", "às vezes não é suficiente", "é sempre suficiente" e "sem declaração".

Aspectos de amostragem

Planejamento da amostra

A concepção do plano de amostragem adotado na atual pesquisa é basicamente a mesma que foi empregada na Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996.

Como a POF 2002-2003 teve sua abrangência territorial ampliada, o planejamento da amostra foi distinto no tocante a esta condição, além de utilizar outra variável para estratificação e dimensionamento da amostra.

Assim, na POF 2002-2003, adotou-se um plano amostral conglomerado em dois estágios, com estratificação geográfica e estatística (a partir de variável que caracteriza os estratos socioeconômicos) das unidades primárias de amostragem que correspondem aos setores da base geográfica do Censo Demográfico 2000. As unidades secundárias de amostragem são os domicílios particulares permanentes. Os setores foram selecionadas por amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao número de domicílios no setor, ao passo que os domicílios foram selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, dentro dos setores selecionados. Em seguida, foi aplicado procedimento de distribuição dos setores (e respectivos domicílios selecionados) ao longo dos 12 meses de duração da pesquisa, garantindo em todos os trimestres a coleta em todos os estratos geográficos e socioeconômicos.

Um dos aspectos específicos desta POF refere-se principalmente à estratificação, tanto geográfica como estatística. A estratificação geográfica teve por intuito espalhar geograficamente a amostra, garantindo a participação na amostra das diferentes partes do território brasileiro. Para a área urbana de cada Unidade da Federação, foram definidos os seguintes estratos geográficos: município da capital, Região Metropolitana sem o município da capital e restante da área urbana. Com o objetivo de permitir comparação com as edições anteriores, foram consideradas as regiões metropolitanas pesquisadas na POF 1995-1996: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Nas áreas rurais, em função dos altos custos de coleta, principalmente devidos a grandes deslocamentos, a estratificação não foi definida em cada Unidade da Federação. Assim, foram definidos cinco estratos rurais, um para cada Grande Região (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

Ainda para efeito de comparação, nas regiões metropolitanas consideradas, foi mantida a estratificação geográfica, das POFs passadas, de núcleo e periferia. O município da capital constituiu o núcleo, enquanto o restante da região metropolitana foi chamado de periferia. Para o caso do Distrito Federal, foram criadas duas subdivisões: uma contendo apenas a Região Administrativa de Brasília e outra contendo as demais regiões administrativas.

Nas POFs anteriores, os estratos estatísticos (socioeconômicos) da pesquisa foram definidos com base em informações sobre rendimentos investigados nos Censos Demográficos. Ao final de 2000, quando se deu o planejamento da amostra desta POF, os dados coletados pelo Censo Demográfico 2000 sobre rendimentos ainda não estavam liberados. As informações para todos os setores censitários mais recentes disponíveis àquela época eram os dados da Contagem de População 1996, que não investigou a variável rendimento. A variável escolhida, então, foi anos de estudo do responsável pelo domicílio, pois algumas análises realizadas apontaram como uma proxy dos rendimentos dos responsáveis pelos domicílios. Com isso, a estratificação estatística, construída em cada estrato geográfico, foi feita usando a média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios no setor.

Dimensionamento da amostra

O tamanho da amostra de setores foi determinado em função do tipo de estimador utilizado, do nível de precisão fixado para a estimativa da média de anos de estudo dos responsáveis pelo domicílio, obtido a partir da Contagem de População 1996 e do número esperado de domicílios com entrevista realizada em cada setor, em cada nível geográfico de controle da estimação. Foram identificados dois níveis geográficos de controle: área urbana de cada Unidade da Federação e área rural de cada Grande Região.

Foram fixados coeficientes de variação (CVs) de 3%, para a estimativa da média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios, para a área urbana de cada Unidade da Federação da Região Nordeste, Amazonas e Pará. O CV de 2% foi fixado para cada Unidade da Federação das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Acre, Rondônia, Amapá e Tocantins da Região Norte tiveram CV fixado em 4%. Nas áreas rurais das Grandes Regiões Norte e Nordeste, foi fixado CV de 4%, e para cada uma das demais Grandes Regiões, o CV fixado foi de 3%.

A alocação do total de setores selecionados em cada estrato foi proporcional ao número total de domicílios particulares permanentes no estrato, com a condição de haver pelo menos dois setores na amostra de cada estrato. O número fixado de domicílios com entrevista por setor foi estabelecido de acordo com a área da pesquisa: 10 domicílios nos setores urbanos, 16 nos setores rurais das Regiões Norte e Nordeste e 20 nos setores rurais das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O tamanho efetivo da amostra foi de 3.984 setores, correspondendo a um número esperado de 44 248 domicílios com entrevista. Estes valores, discriminados por Unidades da Federação, são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Número de setores selecionados e domicílios esperados, selecionados e entrevistados, segundo as Unidades da Federação - período 2002-2003

Unidades da Federação	Número de setores selecionados	Número de domicílios na amostra		
		Esperados	Selecionados	Entrevistados
Brasil	3 984	44 248	60 911	48 470
Rondônia	87	972	1 338	1 112
Acre	83	890	1 198	960
Amazonas	87	966	1 319	1 075
Roraima	47	518	739	554
Pará	128	1 556	2 060	1 666
Amapá	46	496	685	568
Tocantins	76	826	1 175	933
Maranhão	186	2 064	2 716	2 231
Piauí	182	1 940	2 643	2 222
Ceará	156	1 752	2 510	2 017
Rio Grande do Norte	132	1 410	1 919	1 548
Paraíba	191	2 030	2 924	2 367
Pernambuco	131	1 490	2 173	1 674
Alagoas	252	2 616	3 555	2 965
Sergipe	102	1 086	1 497	1 143
Bahia	181	2 206	3 072	2 457
Minas Gerais	240	2 800	3 803	3 004
Espírito Santo	192	2 050	2 747	2 337
Rio de Janeiro	117	1 280	1 828	1 285
São Paulo	161	1 890	2 646	2 017
Paraná	182	2 010	2 799	2 263
Santa Catarina	183	1 950	2 648	1 989
Rio Grande do Sul	147	1 650	2 186	1 850
Mato Grosso do Sul	209	2 290	3 171	2 541
Mato Grosso	213	2 390	3 249	2 355
Goiás	193	2 240	3 097	2 356
Distrito Federal	80	880	1 214	981

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Seleção da amostra

A seleção dos setores foi feita independentemente em cada estrato, sistematicamente e proporcional ao número de domicílios (ocupados e fechados) do setor da malha setorial de 2000.

No momento da seleção dos setores, foi necessário fazer uma compatibilização da malha de setores da Contagem de População 1996 (usada na etapa de dimensionamento da amostra) com a malha de setores usada no Censo Demográfico 2000.

Selecionados os 3 984 setores da amostra, foi feita uma listagem, em campo, de todos os domicílios pertencentes a esses setores, com o objetivo de se obter um cadastro atualizado para proceder a seleção dos domicílios. Devido à defasagem entre o cadastramento dos setores, através da listagem dos domicílios, e a efetivação da entrevista, é razoável esperar alguma desatualização desse cadastro, motivo pelo qual a seleção dos domicílios foi feita com base no registro de todos os domicílios cadastrados (ocupados, fechados, vagos e de uso ocasional), permitindo assim a seleção de domicílios que viessem a alterar sua condição até a realização das entrevistas.

Previendo a perda de domicílios por entrevista não-realizada na etapa de coleta de dados, proveniente da seleção de domicílios que não faziam parte da população-objetivo da pesquisa como, vagos, de uso ocasional ou coletivos e da perda de domicílios eleitos onde ocorreu, por exemplo, recusa ou fechado, foi feita a opção de selecionar em cada setor um número maior de domicílios do que aquele estipulado durante o dimensionamento da amostra. Foi definido acréscimo baseado numa proporção esperada de entrevistas não-realizadas, em vez de substituir domicílios. Estipulou-se em 25% essa proporção para compensar a não-resposta, acarretando em 13 o número de domicílios selecionados por setor urbano na expectativa de se obter 10 entrevistas realizadas. Foi definido em 20 o número de domicílios selecionados por setor rural das Regiões Norte e Nordeste na expectativa de se obter 16 entrevistas realizadas. Nos setores rurais das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul foi estabelecido em 25 na expectativa de 20 realizações de entrevistas.

Com base nas informações das listagens dos domicílios, foram identificados aqueles setores com altas taxas de crescimento em relação às informações do Censo Demográfico 2000, com elevadas taxas de domicílios vagos e ainda aqueles com grande ocorrência de domicílios de uso ocasional. Nesses setores foram feitos acréscimos maiores, no momento da seleção, até o limite de 28 domicílios para os setores das áreas urbanas e de 30 a 34 para os setores das áreas rurais, com a finalidade de compensar eventuais perdas na precisão do plano amostral.

De posse do total de domicílios listados e do número de domicílios a serem efetivamente selecionados por setor, realizou-se a seleção aleatória sem reposição dos domicílios, independente em cada setor. Na Tabela 2, estão apresentados, além dos números de domicílios esperados identificados no dimensionamento da amostra, os números de domicílios selecionados e o número de domicílios entrevistados por Unidade da Federação.

Visando a garantir a distribuição dos estratos da amostra ao longo dos 12 meses de duração da pesquisa, os setores de cada estrato foram aleatoriamente alocados por trimestre e seus domicílios espalhados ao longo do mesmo. Este processo de alocação visa a observação, para domicílios de todos os estratos, das naturais variações dos padrões de consumo conforme as épocas do ano.

Expansão da amostra

Cada domicílio pertencente à amostra da Pesquisa de Orçamentos Familiares representa um determinado número de domicílios particulares permanentes da po-

pulação (universo) de onde esta amostra foi selecionada. Com isso, a cada domicílio da amostra está associado um peso amostral ou fator de expansão que, atribuído às características investigadas pela POF, permite a obtenção de estimativas das quantidades de interesse para o universo da pesquisa.

Os pesos amostrais foram inicialmente calculados com base no plano amostral efetivamente utilizado na seleção da amostra, incorporando ajustes para compensar a não-resposta das unidades investigadas. Posteriormente, os pesos sofreram ajustes de calibração, procedimento que consistiu em obter, para cada Unidade da Federação (domínios de calibração), estimativas para o total de pessoas em determinados recortes iguais às respectivas projeções populacionais obtidas para 15 de janeiro de 2003¹. As variáveis utilizadas para estimar estes totais são denominadas variáveis de calibração e estão descritas abaixo. No Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul foram consideradas as variáveis de calibração X1 até X20; no Distrito Federal, as variáveis X1 até X18 e nas demais Unidades da Federação, as variáveis X1 até X19. Como ilustração, a estimativa do total de pessoas do sexo masculino na faixa etária de 0 a 9 anos (X1) com base nos dados da POF 2002-2003 é igual ao total de pessoas do sexo masculino na faixa etária de 0 a 9 anos projetado para 15 de janeiro de 2003. Este procedimento foi desenvolvido utilizando-se o software estatístico GES - Generalized Estimation System.

Quadro 3 - Variáveis de calibração utilizadas no cálculo dos pesos amostrais calibrados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF período 2002-2003

X1 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 0 a 9 anos;
X2 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 10 a 19 anos;
X3 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 20 a 29 anos;
X4 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 30 a 39 anos;
X5 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 40 a 49 anos;
X6 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 50 a 59 anos;
X7 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 60 a 69 anos;
X8 – Número de pessoas do sexo masculino na faixa de idade de 70 anos ou mais;
X9 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 0 a 9 anos;
X10 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 10 a 19 anos;
X11 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 20 a 29 anos;
X12 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 30 a 39 anos;
X13 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 40 a 49 anos;
X14 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 50 a 59 anos;
X15 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 60 a 69 anos;
X16 – Número de pessoas do sexo feminino na faixa de idade de 70 anos ou mais;
X17 – Total de pessoas na área urbana;
X18 – Total de pessoas na área rural;
X19 – Total de pessoas no município da capital; e
X20 – Total de pessoas na região metropolitana.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

¹ Projeções fornecidas pela COPIS - Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Obtenção das estimativas

A estimação do total de qualquer variável investigada na pesquisa foi feita multiplicando-se o valor da variável pelo peso associado à unidade de análise correspondente (domicílio, Unidade de Consumo ou pessoa). O peso foi calculado para cada domicílio e atribuído a cada Unidade de Consumo e pessoa desse domicílio. Dessa forma, foi possível calcular estimativas de totais para qualquer variável investigada na pesquisa, seja para características de domicílio, de Unidade de Consumo ou de pessoa.

Estimativas de razão também são objeto de algumas das tabelas desta publicação. É o caso, por exemplo, das despesas monetária e não-monetária mensal familiar por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar. Estas estimativas são obtidas, tendo como numerador o total estimado das despesas monetárias e não-monetárias e como denominador o total estimado de Unidades de Consumo na classe de rendimento correspondente.

Precisão das estimativas

Para cada estimativa derivada da pesquisa é necessário se obter uma medida de precisão que auxilia na análise e interpretação dos dados resultantes da pesquisa. A medida então usada foi obtida através da variância do estimador, que, em geral, por não ser conhecida, é estimada pelos dados da própria pesquisa. A variância é uma função do tipo de estimador, do plano amostral e do procedimento de expansão da amostra adotado.

Os estimadores de variância de totais e razões, quantidades estimadas nesta pesquisa, foram obtidos através de Linearização de Taylor e do Método do Conglomerado Primário (Hansen, Hurwitz e Madow, 1953). Os erros amostrais foram avaliados através das estimativas dos coeficientes de variação (CVs), obtidos dividindo-se a variância estimada pela estimativa da quantidade de interesse. Nesta divulgação, optou-se por estimar os CVs de todas as estimativas do plano tabular de divulgação, sendo que apenas as estimativas das Tabelas 2.1, 3.1, 3.7, 4.1, 4.17, 5.1, 6.1, 7.1 e 8.1 tiveram seus CVs disponibilizados no Anexo 2 nesta publicação como Tabelas 2.2.1, 2.3.1, 2.3.7, 2.4.1, 2.4.17, 2.5.1, 2.6.1, 2.7.1 e 2.8.1. Os CVs das estimativas das demais tabelas serão disponibilizados, posteriormente, no portal do IBGE no endereço eletrônico: www.ibge.gov.br.

Principais aspectos da coleta de informações

Instrumentos de coleta

A definição de instrumentos de coleta requer que alguns aspectos sejam considerados, tais como características dos locais onde a pesquisa será realizada, possibilitar para o informante a precisão das respostas e determinar o ritmo da entrevista. Além disso, as experiências de trabalhos anteriores da própria instituição, bem como de outras instituições nacionais e internacionais são levadas

em conta. Questões, como períodos de referência dos dados, registros diários e método recordatório, podem ser citados como fatores específicos que determinam os instrumentos de coleta numa POF.

Os instrumentos de coleta utilizados na POF 2002-2003, organizados segundo o tipo de informação a ser pesquisada, são apresentados a seguir.

Questionário do Domicílio

No Questionário do Domicílio foram obtidas as informações gerais sobre o domicílio: tipo do domicílio, número de cômodos, forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, origem da energia elétrica, condição de ocupação, material predominante no piso, existência de pavimentação na rua e tempo de moradia. Também neste questionário foram coletadas informações sobre as características de todos os moradores: relação com a pessoa de referência da Unidade de Consumo, sexo, idade, nível de instrução, cor ou raça, religião e dados antropométricos (peso e altura).

Questionário de Despesa Coletiva

No Questionário de Despesa Coletiva foram pesquisadas as aquisições monetárias e não-monetárias com produtos de uso comum da família além das despesas monetárias com serviços e taxas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo, gás de uso doméstico, aluguel, condomínio, prestação e outras despesas do domicílio principal, serviços domésticos, construção, reforma e pequenos reparos de habitação ou jazigo, aquisição, aluguel, consertos ou manutenção de móveis, eletrodomésticos, máquinas e utensílios de uso doméstico, aquisição de artigos de decoração e equipamentos diversos. Neste questionário também foram levantadas informações sobre quantidade, ano de aquisição, estado (novo ou usado) e forma de obtenção de 33 diferentes tipos de bens duráveis existentes em uso pelo domicílio.

Caderneta de Despesa Coletiva

Na Caderneta de Despesa Coletiva foram registradas as despesas com produtos (a partir do registro de quantidades) adquiridos através de aquisições monetárias e não-monetárias de uso comum da família com alimentação, higiene e limpeza.

Questionário de Despesa Individual

No Questionário de Despesa Individual foi investigada a disponibilidade de crédito (cartões de crédito e/ou cheques especiais) e plano ou seguro-saúde e todos os tipos de aquisições monetárias e não-monetárias com produtos e as despesas monetárias realizadas com serviços caracterizadas de uso ou finalidade individual, como: comunicações, transportes, educação, alimentação fora de casa, fumo, jogos e apostas, diversões, uso e aquisição de celular, produtos farmacêuticos e assistência à saúde, artigos de perfumaria e produtos para pele e cabelo, serviços de cabeleireiro e outros, artigos de papelaria e leitura e assinatura de periódicos, vestuário e calçados, tecidos e roupas de banho, viagens, aquisição e manutenção de veículos. Foram também investigados os gastos individuais com serviços bancários e profissionais, cerimônias e festas, jóias, despesas com outros imóveis, contribuições trabalhistas e pensões.

Neste questionário de despesas individuais, assim como no questionário e na caderneta de despesas coletivas, foram investigadas informações sobre tipos de estabelecimento em que foram adquiridos produtos e serviços e as formas de obtenção das aquisições realizadas pelas Unidades de Consumo.

Questionário de Rendimento Individual

No Questionário de Rendimento Individual foram pesquisados todos os rendimentos monetários obtidos através de trabalho – contendo, nestes casos, informações sobre ocupações, atividades e posições na ocupação - de transferências, outros rendimentos e receitas e empréstimos, bem como as principais deduções e encargos incidentes sobre os mesmos. Também foram pesquisadas informações sobre aplicações e retiradas financeiras.

Questionário de Condições de Vida

No Questionário de Condições de Vida foram obtidas informações, de caráter subjetivo, a respeito das condições de vida da Unidade de Consumo, por intermédio de entrevista com a pessoa responsável pela Unidade de Consumo ou aquela pessoa assim considerada pelos demais moradores. Neste questionário foi levantada a opinião do informante sobre a suficiência do rendimento mensal, a quantidade e qualidade dos alimentos para consumo pela família, as condições de moradia e do entorno do domicílio e a capacidade ou não de pagamento de algumas despesas referentes ao domicílio.

Coleta das informações

Conforme mencionado anteriormente, tendo em vista as alterações de consumo que ocorrem nas diferentes épocas do ano, nas informações de despesas, quantidades e rendimentos, a coleta das informações da pesquisa no campo teve a duração de um ano.

Para garantir a distribuição de todos os estratos geográficos e socioeconômicos durante os 12 meses, a pesquisa foi dividida em 52 períodos, sendo que, para cada domicílio selecionado, são indicados, dentre esses períodos, dois consecutivos em que obrigatoriamente foi iniciada a coleta.

Devido à complexidade de uma Pesquisa de Orçamentos Familiares, em primeiro lugar foi fundamental sensibilizar os informantes para os objetivos da pesquisa e para a importância de sua participação num levantamento desta natureza. De modo a garantir a qualidade e precisão nas informações prestadas, foi realizado todo um trabalho através das equipes responsáveis pela coleta, com esta perspectiva.

As informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares foram obtidas diretamente nos domicílios particulares permanentes selecionados, por meio de entrevistas junto aos seus moradores, durante um período de nove dias consecutivos. O primeiro dia foi usado para abertura e identificação do domicílio e de seus moradores, quando se identificou, em primeiro lugar, se o domicílio atendia aos critérios definidos para prosseguimento ou não da entrevista nos dias seguintes. Este primeiro dia também

foi utilizado para o levantamento das informações sobre as características de todas as pessoas moradoras. A partir do segundo dia de pesquisa, foram iniciados os preenchimentos dos questionários de coleta das informações previstas para o domicílio, relativos às despesas e rendimentos (orçamentos), atividades que eram realizadas durante um período de sete dias, tempo estabelecido para o total do preenchimento destes questionários. O nono dia foi empregado para o fechamento da coleta das informações de despesas e rendimentos. Também este dia foi utilizado para o preenchimento do questionário de avaliação das condições de vida e o fechamento da entrevista no domicílio.

O método para a obtenção dos dados dos orçamentos familiares foi a aplicação de questionários específicos sob a forma de entrevista presencial. Definiu-se, entretanto, em função da frequência com que determinada aquisição é realizada e o seu valor, diferentes formas para o preenchimento das informações. Para as aquisições com ocorrências freqüentes, tanto aquelas de uso coletivo como as individuais, como, por exemplo, alimentação, transportes e leitura, optou-se pelo registro diário. Nas cadernetas de despesas coletivas os registros foram feitos pelos informantes (autopreenchimento) ou pelos agentes de pesquisa. Quanto às demais aquisições e rendimentos, utilizou-se o método de aplicação de questionários, por entrevista assistida, com recorrência à memória do informante.

O número de dias de visitas do agente de pesquisa, em cada domicílio selecionado, para a realização da pesquisa foi decorrente do autopreenchimento pelo informante do Questionário de Despesa Coletiva (registro das aquisições de produtos de alimentação, higiene e limpeza de uso coletivo), sendo que, em média, esse número ficou em torno de quatro dias.

Em função das características do levantamento das informações, principalmente em relação ao alto grau de detalhamento das diferentes variáveis pesquisadas, seus quantitativos e as dificuldades crescentes de acesso aos domicílios e seus moradores, adotou-se a alternativa de utilização de computadores portáteis na coleta das informações. Com isso buscou-se agilizar e garantir procedimentos padronizados de crítica e validação imediatamente no momento da coleta das informações, o que proporcionou ganhos significativos na qualidade dos dados e reduziu custos. A coleta e o registro das informações da pesquisa com o uso de computador portátil foram realizados em aproximadamente 70 % dos domicílios pesquisados. No restante, a coleta foi realizada pelo método tradicional com a utilização de questionários impressos. Em grande parcela dessas situações, o uso de questionários impressos ocorreu devido a restrições operacionais localizadas.

Tratamento das informações

Os diversos tipos e formas de registros obtidos pela pesquisa, através de todos os instrumentos de coleta utilizados, determinam a complexidade na execução das fases de crítica dos dados, necessárias para garantir a qualidade e consistência das informações coletadas.

Os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento das informações são descritos a seguir.

Crítica na entrada de dados

Em função da tecnologia utilizada na operação de coleta das informações dos domicílios selecionados para a pesquisa, com a utilização de computadores portáteis para registro e entrada de dados, alguns procedimentos relacionados à consistência das informações pesquisadas foram implementados visando ao controle da qualidade das informações no momento da coleta.

Neste sentido, foi desenvolvida uma grande etapa denominada de Codificação dos Dados e Críticas de Consistência que englobou desde a codificação dos produtos e serviços registrados, críticas de entrada de dados e as críticas por variável e entre variáveis, procedimentos estes fundamentais para garantir a coerência das informações coletadas, que passaram a ser executadas simultaneamente no momento da entrevista e coleta dos dados. Com este procedimento, procurou-se garantir a precisão dos dados registrados e ao mesmo tempo evitar custos adicionais com retornos aos domicílios para correções de eventuais problemas nas informações encontrados após a coleta.

Na etapa de Codificação dos Dados, programas e procedimentos especiais foram desenvolvidos para a execução da codificação automática de todas as variáveis descritivas para transformá-las em variáveis codificadas. Na POF 2002-2003, as seguintes variáveis foram codificadas no momento da coleta: produtos e serviços, tipo de local de compra, unidade de medida, religião, atividade e ocupação. Este procedimento objetivou maximizar o aproveitamento das descrições digitadas pelo agente de pesquisa. No entanto, em função da atualização e disponibilidade dos diferentes cadastros, aconteceram situações em que estas variáveis não foram codificadas automaticamente, o que demandou que fossem tratadas posteriormente pela equipe central do projeto.

Na etapa de críticas incorporadas na entrada de dados, procurou-se identificar possíveis erros de registro de informações e também erros de digitação. Nestes casos, o sistema acusava e identificava para o agente de pesquisa a existência de inconsistências na informação digitada, de modo que imediatamente fossem verificadas e corrigidas pelo agente de pesquisa.

Também nesta etapa, diversos procedimentos de controle relacionados à coleta foram implementados no sistema utilizado para entrada de dados, sempre com o objetivo de identificar e orientar os agentes de pesquisa quanto aos possíveis problemas no processo de registro dos dados. Com este objetivo, cabe citar as críticas relativas a valores de despesas digitados para produtos e serviços, sujeitos a uma crítica de comparação através de valores extremos. Além disso, foi incluído no programa de entrada de dados, um conjunto de críticas de fechamento para todos os tipos de questionários da pesquisa que era executado automaticamente ao término da entrevista no domicílio. Após a execução da etapa de crítica de fechamento, era apresentado um relatório, onde se descrevia a presença ou ausência de erros por questionário preenchido.

No caso dos domicílios em que a entrevista foi realizada através de questionário impresso (30% dos domicílios), quando da transcrição dos dados em escritório, os mesmos procedimentos de crítica e codificação foram aplicados.

O sistema de entrada de dados e críticas na pesquisa também foi utilizado pelo coordenador estadual da pesquisa para acompanhar os trabalhos de coleta e, principalmente, foi utilizado pelos supervisores de equipe no apoio a todos os trabalhos de controle de qualidade da coleta realizada pelos agentes de pesquisa sob sua responsabilidade.

Tratamento do efeito inflacionário sobre as informações de valores (deflacionamento)

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 teve como período de realização em campo os 12 meses compreendidos entre julho de 2002 e junho de 2003, adotou períodos de referência para as informações de despesas, que podiam ser de sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, conforme a frequência de aquisições dos bens e serviços pesquisados e, para as informações de rendimentos, considerou o período de referência de 12 meses.

Devido às diversas referências temporais, não é trivial a agregação e comparação das informações de valores coletadas para uma Unidade de Consumo ou conjunto de Unidades de Consumo pesquisadas em datas distintas. Isto se dá em função do efeito inflacionário (variação de preços) sobre os valores das despesas e rendimentos. Assim, fez-se necessário efetuar um ajustamento desses valores com o objetivo de se eliminar esse efeito.

O método utilizado para o tratamento do efeito inflacionário possibilitou ajustar os valores monetários e não monetários correntes de despesas com bens, serviços e rendimentos, pesquisados nas Unidades de Consumo, valorando-os a preços de uma data referencial preestabelecida. Com isso, ao final do processo, foram obtidas todas as Unidades de Consumo com seus fluxos monetários valorados a preços de uma mesma data, permitindo tanto a agregação das informações para uma única ou um conjunto de Unidades de Consumo possibilitando a obtenção da Unidade de Consumo "média" representativa de cada área ou recorte de análise de interesse. Finalmente, através destas Unidades de Consumo "médias" são viabilizados os principais objetivos da pesquisa.

Para os procedimentos de deflacionamento dos dados da pesquisa foram utilizados diferentes indexadores, definidos em função das características dos bens e serviços, dos diversos tipos de rendimentos e também da existência e disponibilidade de indexadores adequados.

Os indexadores utilizados para as despesas com bens e serviços foram as séries históricas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos Índices de Preços ao Consumidor Amplo regionais de cada uma das 11 áreas pesquisadas pelo IBGE, das variações de preços dos produtos e serviços acompanhados pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE. O IPCA de cada uma das 11 regiões foi utilizado para deflacionar os dados da respectiva Unidade da Federação. Nas Unidades da Federação não cobertas pelo IPCA, adotou-se o IPCA da região que mais se assemelhava aos comportamentos dos preços dos produtos, serviços e com os padrões de rendimentos, conforme estudos desenvolvidos utilizando os dados da própria POF 2002-2003. Para as informações de rendimentos, os indexadores usados foram as séries históricas da Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE para os rendi-

mentos de empregados privado e público, conta-própria e empregador. Para os outros tipos de rendimentos, utilizaram-se as variações do Salário Mínimo, da Poupança, do índice de reajuste do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Determinou-se a data referencial - 15 de janeiro de 2003 - que definiu o ponto para o qual o deflacionamento transformou todos os valores de despesas e rendimentos da pesquisa.

Crítica do valor das despesas e rendimentos

A pesquisa coletou informações sobre os valores de despesas e rendimentos nos diversos domicílios pesquisados. No entanto, estes valores estão sujeitos a erros de coleta e transcrição. Com o objetivo de identificar tais problemas, foi necessário que esses dados fossem submetidos a uma crítica de valores.

A crítica de valores da Pesquisa de Orçamentos Familiares pode ser subdividida em três etapas:

- Partição em classes de rendimento monetário mensal familiar;
- Procedimentos de detecção de outliers (valores extremos - altos ou baixos); e
- Crítica visual.

As partições dos dados em classes foram feitas visando a criar grupos homogêneos de informações, já que as estruturas de despesas e rendimentos das Unidades de Consumo possuem alta correlação com a renda bruta mensal. Assim, o objetivo dessas partições é criar grupos com estruturas de gastos e rendimentos com mesmo padrão.

A etapa da crítica mais importante é a detecção dos *outliers* que consiste na identificação dos dados extremos (altos ou baixos) observados na distribuição estatística de uma variável, ou seja, dados não representativos de um conjunto de observações. No caso da pesquisa, foram considerados *outliers* aqueles registros de despesas de um item (produto ou serviço) ou rendimentos, cujos valores, ou muito altos ou muito baixos, não atenderam critérios estatísticos estabelecidos.

A crítica visual foi feita tomando-se por base um relatório obtido após a execução do programa de crítica (resultado das duas etapas anteriores). Este relatório era composto de várias variáveis auxiliares associadas ao produto ou serviço apresentado, para a tomada de decisão sobre a aceitação ou rejeição dos valores que eram detectados pela crítica. Nas situações de rejeição dos valores pela crítica, os mesmos foram marcados para serem tratados na etapa de imputação de valores.

Alocação das despesas agregadas da Caderneta de Despesa Coletiva

Vários procedimentos são adotados por ocasião da coleta, no sentido de garantir a precisão e detalhamento dos registros de despesas de cada produto informado pelas Unidades de Consumo. Contudo, algumas dificuldades ocorrem quando da obtenção das informações e dizem respeito à recorrência à memória por parte dos informantes, quando se tratam de despesas realizadas para um conjunto de produtos com grande diversidade de preços no mercado.

Essa restrição ocorre mais comumente no momento da informação de despesas com compras de alimentos e material de limpeza em que, habitualmente, as Unidades

de Consumo realizaram aquisições de vários produtos em uma única compra, muitos deles de baixos valores, tornando difícil o resgate dos valores individuais. Desse modo, no caso da Caderneta de Despesa Coletiva, utilizou-se para esses registros o item agregado, sacolão, compras, etc., seguido do valor total pago, o local de compra e forma de obtenção. Nesses casos, os agentes de pesquisa foram orientados para que registrassem também no questionário as descrições dos produtos adquiridos na compra.

Devido à participação relevante das informações da Caderneta de Despesa Coletiva no total das despesas das Unidades de Consumo, as despesas agregadas passaram por um método de tratamento que desagregou e, conseqüentemente, alocou valores para os produtos componentes dessas despesas.

Assim, para o agregado em que o informante foi capaz de discriminar os produtos nele contido, atribuiu-se a cada produto a parcela do gasto com o agregado correspondente à proporção obtida pela reconstituição de sua composição segundo os respectivos gastos médios por produto, área, classe de despesa monetária total e local de compra. Esse tratamento do agregado discriminado foi realizado após a crítica de valores das informações obtidas na pesquisa.

Tratamento da não-resposta de valores de despesas e rendimentos

Diversos tipos de erros podem afetar os resultados do levantamento, alguns são possíveis de serem controlados como, por exemplo, o erro amostral, que é controlado quando da definição do desenho e tamanho da amostra. Outros erros surgem nas diversas fases da pesquisa e, dentre estes, destacam-se os erros de não-resposta total ou parcial e erros de resposta.

Em função da complexidade da Pesquisa de Orçamentos Familiares, situações de dados incompletos associados à não-resposta ocorreram. A ausência de resposta surgiu quando ocorreu perda total ou parcial das informações de despesas ou rendimentos, de domicílios selecionados na amostra, motivada por diversos fatores como, por exemplo, a falta de contato com os informantes e a falta de cooperação associada com a carga de informações a serem coletadas, com a amplitude do período a ser coletado, com a memória do respondente e outros.

Foi utilizado procedimento de imputação para tratar a não-resposta total ou parcial. Também são tratados os erros de resposta associados a valores rejeitados na etapa de crítica.

A abordagem aqui especificada recebe o nome de Hot Deck e foi empregada, tanto para os casos de valores de despesas ou rendimentos ignorados ou rejeitados pela crítica de valores quanto para a imputação de partes de questionários de despesas e rendimentos e questionários inteiros, de despesas e rendimentos, não preenchidos.

Para o processamento da imputação foram criadas matrizes de similaridades formadas por variáveis consideradas altamente correlacionadas com a variável que recebeu o valor imputado. As variáveis incluídas nestas matrizes eram de domínio comum, tanto dos informantes que responderam (possíveis doadores) quanto daqueles que não responderam, ou tiveram seus valores de resposta rejeitados pela crítica de valores (receptores). O objetivo principal do emprego destas matrizes era buscar, o quanto possível, uma concordância entre as características informadas pelos doadores e as características informadas pelos receptores no que se refere às variáveis de classificação, constantes da respectiva matriz de similaridade (ou classificação). Quanto mais semelhantes fossem os possíveis doadores em relação aos respectivos receptores, melhor seria a qualidade das imputações realizadas.

Para a seleção de um doador específico, dentre tantos selecionados no processo de comparação através das matrizes, adotou-se o procedimento de seleção aleatória. Este procedimento teve como objetivo evitar distorção na distribuição dos valores das variáveis que receberam valores imputados, que poderia ser criada caso um mesmo valor fosse adotado.

Anualização dos valores de despesas e rendimentos

Os valores orçamentários, despesas e rendimentos, foram obtidos em diferentes períodos de referência, definidos em função de sua natureza e frequência de ocorrência nos domicílios.

Visando a construir orçamento médio anual se fez necessário unificar esses períodos e transformar todos os valores em valores anuais. Assim, os valores orçamentários com períodos de referência de sete, 30 e 90 dias foram multiplicados pelos seus respectivos fatores de anualização, ou sejam, 52, 12, 4. Cabe esclarecer que, para aquelas informações pesquisadas com período de referência de 12 meses, o fator de anualização é igual a 1.

Nas situações especiais, de período de referência de 12 meses, em que se registrou as informações relativas ao último gasto mensal, último rendimento e deduções mensais (imposto de renda na fonte, previdência pública e outras deduções), o total anual foi obtido por meio da multiplicação pela variável número de meses, que também foi coletada.

Tratamento das informações de quantidades adquiridas de alimentos

Ao focalizar o consumo sob a ótica específica das quantidades adquiridas de alimentos para consumo no domicílio, tratamentos especiais das informações pertinentes foram definidos e são apresentados a seguir.

Anualização de quantidades

Para cada informação de quantidade o valor anual foi obtido aplicando-se o mesmo procedimento adotado para as despesas e rendimentos. O fator de anualização é igual a 52, tendo em vista que o período de referência dessas informações é de sete dias.

Crítica das quantidades, unidade de medida e peso

A crítica foi realizada em três etapas:

Crítica individualizada de cada variável

Foram corrigidos os erros oriundos de campo - informações incorretas ou dados incorretamente digitados em meio magnético -, com base na distribuição de frequência obtida para cada variável objeto de crítica.

Crítica por cruzamento de variáveis

Foram analisados os dados conjugados de produtos e unidades de medida, e corrigidas as inconsistências verificadas dada a incompatibilidade constatada entre essas variáveis. Exemplos: arroz polido em tablete, alcatra em litros.

Crítica da quantidade de produtos

A quantidade de produtos alimentares adquirida pelas Unidades de Consumo foi relacionada diretamente à unidade de medida informada.

De posse dos valores correspondentes em peso ou volume das unidades de medida, as quantidades foram obtidas e padronizadas em peso (quilograma) ou volume (litro). A crítica das quantidades adquiridas de produtos consistiu na análise do valor deflacionado das despesas, das quantidades em quilograma ou litro e preços médios, obtidos de forma direta das informações. Para a execução da crítica, utilizou-se como referência os preços médios consistentes por quilograma ou litro obtidos diretamente das informações.

Tratamento da não-resposta de quantidades adquiridas

A falta de informação da variável quantidade adquirida de produtos alimentares demandou a aplicação do procedimento de imputação. É importante frisar que, nesse procedimento, os preços médios unitários calculados por produto foram obtidos para 79,6% das informações da Caderneta, que representam os valores válidos das quantidades registradas. Esse procedimento garantiu a obtenção dos equivalentes em peso ou volume.

Assim, os dados informados possibilitaram a obtenção de preços médios, obtidos diretamente, por quilograma ou litro. A parcela dos produtos cuja quantidade adquirida não foi informada teve a quantidade imputada por esses preços médios (resultado da divisão do valor pelo preço médio).

As quantidades de determinados produtos, em face da falta de informações que possibilitassem a obtenção das quantidades adquiridas, não foram estimados. Trata-se, principalmente, de algumas verduras folhosas pouco consumidas, de doces caseiros e outros produtos para os quais não é possível obter a informação de quantidade direta ou indiretamente.

A Tabela 3 a seguir apresenta, em números absolutos e percentuais, o número de registros informados na Caderneta de Despesas Coletivas e os imputados.

Tabela 3 - Registros da caderneta de despesas coletivas no cálculo das quantidades adquiridas, segundo o tipo de registro Brasil - período 2002-2003

Tipo de registro	Registros	
	Total	Percentual (%)
Total de itens	960 304	100,0
Total de registros com quantidade	763 936	79,6
Total de registros com quantidade imputada	169 375	17,6
Total de registros após imputação	933 311	97,2
Total de registros sem informação de quantidade	26 993	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Tratamento dos alimentos agregados não discriminados

Para a informação de alimentos agregados, em que não foram discriminados os produtos que o compõem, foi realizado tratamento específico para a geração de resultados de quantidades. Procedeu-se a distribuição da despesa com agregados de

cada área pesquisada, por classe de rendimento monetário e não-monetário, entre os diferentes produtos com informação de despesa, de acordo com a proporção do gasto de cada produto em relação ao gasto total da Caderneta de Despesa Coletiva. Com esse procedimento manteve-se preservada a estrutura de gastos das Unidades de Consumo em cada Unidade da Federação e as classes de rendimento definidas na pesquisa. Vale ressaltar que tal procedimento de tratamento dos agregados foi realizado na etapa específica de geração de resultados de quantidades alimentares adquiridas para consumo.

Foram tratados e distribuídos 4 680 agregados não discriminados, representando 0,5% do total de registros.

Estimativa das quantidades per capita adquiridas

A quantidade anual de alimentos adquiridos per capita para consumo nos domicílios é uma estimativa de razão em que o numerador é a quantidade anual adquirida, total ou por classe de rendimento, e o denominador é a estimativa da população residente total ou por classe de rendimento obtida na POF.

A seguir, é apresentada na Tabela 4 os totais da população residente para o Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação estimados pela POF.

Tabela 4 - População residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - janeiro de 2003

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente	
	Total	Percentual (%)
Brasil	175 845 964	100,0
Norte	13 656 416	7,8
Rondônia	1 444 848	0,8
Acre	594 337	0,3
Amazonas	2 999 320	1,7
Roraima	352 521	0,2
Pará	6 519 392	3,7
Amapá	516 436	0,3
Tocantins	1 219 562	0,7
Nordeste	49 121 848	27,9
Maranhão	5 840 712	3,3
Piauí	2 912 037	1,7
Ceará	7 710 817	4,4
Rio Grande do Norte	2 871 891	1,6
Paraíba	3 507 731	2,0
Pernambuco	8 126 481	4,6
Alagoas	2 903 855	1,7
Sergipe	1 861 517	1,1
Bahia	13 386 807	7,6
Sudeste	74 957 518	42,6
Minas Gerais	18 455 612	10,5
Espírito Santo	3 227 991	1,8
Rio de Janeiro	14 808 240	8,4
São Paulo	38 465 675	21,9
Sul	25 891 789	14,7
Paraná	9 856 971	5,6
Santa Catarina	5 570 783	3,2
Rio Grande do Sul	10 464 035	6,0
Centro-Oeste	12 218 393	6,9
Mato Grosso do Sul	2 156 367	1,2
Mato Grosso	2 629 980	1,5
Goiás	5 262 401	3,0
Distrito Federal	2 169 645	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Regras de arredondamento

Sempre que foram efetuadas operações de cálculo de valores médios de despesas ou rendimentos, procedeu-se ao arredondamento dos valores fracionados para a segunda casa decimal.

Nos resultados expressos em percentagem, em função do arredondamento realizado na primeira casa decimal, por vezes ocorrem pequenas diferenças nas totalizações.